

“A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome”¹: famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande c. 1738-c.1763)²

Martha Daisson Hameister
Doutoranda pelo PPGHIS/UFRJ/Bolsista FAPERJ.

A presente comunicação visa trazer a público alguns resultados parciais da introdução de elementos pertinentes à análise de redes sociais (*social network analysis*) e suas representações gráficas no estudo da formação e povoamento da Vila do Rio Grande, entre 1738 e 1763. As fontes principais utilizadas nesse estudo para este fim são os Livros de Batismo (ADPRG - L.Bat. 1º do Estreito 1738-1763; ADPRG - L.Bat. RG 1º, 2º, 3º e 4º 1763-1776) dessa localidade, complementadas com toda a sorte de documentação encontrada sobre os agentes sociais em questão. A metodologia que vem sendo empregada na pesquisa é norteada pelo *método onomástico*, conforme sugerido por Ginzburg (1989: pp.174-175), ou seja, os agentes sociais são seguidos pelo seu nome – principal identificador no universo social.

Uma base de dados no *Microsoft Access* foi construída especialmente para este fim. O nome é a chave primária para a base de dados e não pode repetir-se. Ainda assim, tal recurso mostrou-se insuficiente, dado que além de documentos fragmentários e corroídos, a ausência de sobrenomes faz com que nomes se repitam; há grande presença de homônimos, fenômeno observado por vários autores como complicadores nesse tipo de investigação (Faria, 1998; Hameister, 2001; Scott, 2001). Este problema anteriormente abordado já tem algumas soluções e discussão mais aprofundada, mas ainda permanecem questões a serem resolvidas (Hameister, 2001; Hameister, 2003). Na tentativa de superar os contratempos de nomes repetidos e homônimos, caracteres numéricos foram acrescentados aos nomes em duplicata. Esse mesmo recurso está sendo utilizado para acrescentar nomes que aparecem nos registros sem que haja qualquer outro dado que permita afirmar que um sujeito de nome bastante comum é o mesmo que já possui ficha. Os dados são aglutinados em uma única ficha toda a vez que há uma identificação positiva ou que, através de

¹ ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p.14.

² Agradeço a Jorge Pontual Waked a ajuda na transcrição dos documentos e no gerenciamento das bases de dados. Agradeço a Tiago Luís Gil pelo constante diálogo, discussão de resultados, compartilhamento de fontes e “cara-de-pau” de me convidar a esta aventura pela *social network analysis*, sendas que ainda nos soam estranhas.

informações outras sobre o sujeito (casamento, filiação, negócios, etc.) permitam a identificação ou o acréscimo de sobrenome.

Nesta base de dados, que foi denominada “Gentes”, são colocados em campos específicos toda a sorte de informações que se pôde coletar sobre os agentes históricos, bem como as referências das fontes – primárias ou secundárias – de onde tais informações foram colhidas. Atualmente duas novas bases vinculadas às primeiras aglutinam dados específicos dos registros paroquiais de batismo e casamento. Está sendo construída uma para os registros de óbito e também deverá funcionar com vínculos à base maior, Gentes, que aglutina de forma sintética os dados específicos das outras bases. O campo de vínculo e de filtragem é para buscas é sempre o nome do agente social, assim como por este vínculo são localizadas as fichas nas bases de dados associados ou de outros agentes sociais com quem estava ligado.

Alguns testes para esta metodologia deram-se, entre outros, com o estudo de caso das famílias do Alferes da Ordenança Antônio Furtado de Mendonça, casado com Dona Isabel da Silveira e seus genros. Com o material obtido nos livros de batismos foi possível listar cinco dos genros de Antônio Furtado de Mendonça e suas respectivas esposas, todas elas naturais da Ilha do Faial, no arquipélago dos Açores. A saber: Manuel Fernandes Vieira, marido de Ana Inácia da Silveira; Mateus Inácio da Silveira marido de Maria Antônia da Silveira; Francisco Pires Casado, marido de Mariana Eufrásia da Silveira; Manuel Bento da Rocha, marido de Isabel Francisca da Silveira; Antônio Moreira da Cruz marido de Joana Margarida da Silveira.

Foi possível coletar informações acerca de suas procedências, filiação, atividades, cargos e patentes. Dos cinco genros de Antônio Frutado de Mendonça apenas três procriaram em Rio Grande. Uma vez mapeados estes casais, passou-se a buscar os padrinhos de seus filhos. Com isso foram construídos quadros simples, por casal, em que constam o nome da criança, seus padrinhos e a procedência destes, sempre que disponível (Quadros I, II e III).

Quadro I – Compadrio de Manuel Fernandes Vieira e Dona Ana Inácia da Silveira

Criança	data bat.	Padrinho	Nat. padrinho	Madrinha	nat. madrinha
Vicência	20/07/1753	João de Souza Rocha	Das Ilhas	não consta	não consta
Clemência	15/08/1756	Antônio Lopes da Costa	? (morador do Rio de Janeiro) passou procuração p/ Mateus Inácio da Silveira	Dona Mariana Eufrásia da Silveira	Faial, fr. S. Salvador da Vila da Horta
Manuel	15/08/1761	Anacleto Elias da Fonseca	? (morador da cidade do Rio de Janeiro) passou procuração a Domingos de Lima Veiga (Porto)	não consta	não consta
Francisca	02/08/1762	Domingos de Lima Veiga	Porto	não consta	não consta

Fontes: (ADPRG - Livros 1º, 2º, 3º e 4º de Batismos de Rio Grande, 1738-1763)

Quadro II – Compadrio de Mateus Inácio da Silveira e Dona Maria Antônia Silveira

Criança	data bat.	Padrinho	Nat. padrinho	Madrinha	nat. madrinha
Nicolau	21/12/1754	Manuel Fernandes Vieira (<i>a posteriori</i>)	Braga, Póvoa de Lanhoso	não consta (batismo emergencial)	não consta
Francisco	03/10/1756	Francisco Pires Casado	Ilha do Pico, fr. Santa Luzia	Dona Mariana Eufrásia da Silveira	Faial, fr. S. Salvador da Vila da Horta
Alexandre	17/08/1758	Francisco Lopes de Souza (procuração a José Antônio de Brito)	não consta (península? Porto?)	Não consta	não consta
Dorotéia	17/02/1760	Manuel Bento da Rocha	não consta (península?)	Joana Maria da Silveira	não consta
Maurício	07/03/1762	Francisco Coelho Osório	não consta (península?)	Isabel Francisca da Silveira	Faial, fr. S. Salvador da Vila da Horta

Fontes: (ADPRG - Livros 1º, 2º, 3º e 4º de Batismos de Rio Grande, 1738-1763)

Quadro III – Compadrio de Francisco Pires Casado e Dona Mariana Eufrásia

Criança	data bat.	Padrinho	Nat. padrinho	Madrinha	nat. madrinha
Rosália	12/01/1755	Francisco Antônio da Silveira	Das Ilhas	Dona Joana Margarida da Silveira	Faial, fr. S. Salvador da Vila da Horta
Maurícia	01/10/1758	Manuel Fernandes Vieira	Braga, Póvoa de Lanhoso	Dona Maria Antônia da Silveira	Faial, fr. S. Salvador da Vila da Horta
Manuel	17/02/1760	Manuel Bento da Rocha	não consta (península?)	Dona Isabel Francisca da Silveira	Faial, fr. S. Salvador da Vila da Horta
Francisca	02/08/1762	Domingos de Lima Veiga	Porto	não consta	não consta

Fontes: (ADPRG - Livros 1º, 2º, 3º e 4º de Batismos de Rio Grande, 1738-1763)

Evidente ficou serem as madrinhas exclusivamente irmãs das mães das crianças (cunhadas, portanto, de seus pais) e os padrinhos serem escolhidos na família ou, através de informações obtidas de outras fontes³, estarem envolvidos com os pais das crianças em negócios e em atividades de ofícios diversos (ofícios da Câmara, Provedoria, Juizados).

Confirmou-se o padrão observado por tantos outros autores de serem os padrinhos majoritariamente escolhidos entre pessoas de estatuto social semelhante ou superior ao dos pais das crianças. Esta “ciranda de compadrios” é claramente perceptível nos compadrios dos três genros que tiveram prole. Os padrinhos, se não são tomados diretamente na família, o são neste círculo restrito e, ainda que não caiba trazer de forma mais aprofundada a este estudo, observou-se que algumas outras famílias tinham comportamento semelhante. Não há, até o momento, explicação clara para os casos de ausência de madrinhas em

³ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. 1977;PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho*. Porto Alegre: 1992;KÜHN, Fábio. "A prática do Dom: família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa". In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003.

batismos não emergenciais dessas famílias. A ausência de madrinhas no conjunto do compadrio já foi assunto de estudos (Venâncio, 1986).

Num segundo momento, até onde as fontes permitiram⁴, tratou-se de localizar os registros de batismos de seus escravos e do compadres dos escravos. Com estes dados construiu-se outro quadro, no qual constam além dos nomes dos escravos batizados e a filiação, seus padrinhos, seus proprietários e proprietários dos padrinhos quando estes também eram escravos (Quadro IV).

Quadro IV – Batismo de crianças escravas das Famílias Furtado de Mendonça e correlatas

Criança	data bat.	Mães (escravas)	Madrinha	Padrinho	Proprietário	Proprietário Padrinhos
Teresa	22/10/1752	Joana, angola	Mariana Eufrásia da Silveira	Francisco Pires Casado	Manuel Fernandes Vieira	Livres
Catarina, mina	09/04/1756	não consta	Luzia de Aranda	Inácio de Aranda	Francisco Pires Casado	Antônio de Aranda
Januária	11/10/1756	Maria, angola	n consta (batismo emergencial)	n consta (batismo emergencial)	Manuel Fernandes Vieira	n consta
Leonardo	04/03/1757	Catarina, mina	n consta (batismo emergencial)	n consta (batismo emergencial)	Francisco Pires Casado	n consta
Aniceto	27/04/1757	Maria, congo	Catarina	Antônio	Manuel Bento da Rocha	Francisco Pires Casado
Jacinto	26/02/1758	Rosa, angola	Maria	João Ferreira [Pinto?]	Mateus Inácio da Silveira	Manuel Bento da Rocha e padrinho livre

Fontes: (ADPRG - Livros 1º, 2º, 3º e 4º de Batismos de Rio Grande, 1738-1763)

Impossível não perceber a repetição de nomes existentes também nos compadrios dos netos de Furtado de Mendonça, sejam estes os dos padrinhos ou dos proprietários dos padrinhos dos escravos. As relações familiares, religiosas e de negócios estavam todas enredadas de tal forma que parece impossível dizer onde uma começava e terminava a outra. Ou seja, aqui se fala de uma sociedade que tem a família como o modelo de organização do tecido social, ou o menor tipo de associação entre os homens que tem os mesmos elementos da sociedade. Assim como a sociedade, a família também é hierarquizada. Ainda que não se pretenda aqui introduzir a discussão acerca da visão de sociedade que perpassava o mundo luso, a filosofia escolástica e o modelo de sociedade

⁴ Os registros batismais de livres e escravos de Rio Grande eram feitos todos no mesmo livro até certo período. Num momento, impossível de ser determinado, os registros de escravos deixam de ser feitos no Livro 3º para serem registrados em livro próprio. Ao que tudo indica, os livros de registros de escravos, paralelos ao Livro 3º e ao Livro 4º foram subtraídos do ADPRG, deixando esta lastimável lacuna e fazendo com que se perca de vista este setor social presente na vila do Rio Grande. Após a tomada da Vila de Rio Grande por tropas espanholas e fuga da população para a localidade do Estreito, novamente os escravos passaram a ser registrados junto com a população livre. Entretanto, nem todos os habitantes de Rio Grande evadiram para o Estreito – muitas famílias, inclusive a que agora se apresenta neste estudo, foram transferiram-se para Viamão, vide KÜHN, Fábio & NEUMANN, Eduardo. *Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão - século XVIII. 1º e 2º Livros de Batismos de Viamão*. Porto Alegre: prelo. (agradeço aos autores a cessão deste material). Outras famílias foram levadas pelos castelhanos para San Carlos de Maldonado vide DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai: São Carlos de Maldonado 1764*. Porto Alegre: EST, 1994. e alguns ainda permaneceram na proximidade de Rio Grande, ainda que sob o domínio espanhol vide ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relação dos Moradores de Viamão - 1784, cód. F 1198-A e 1198-B. 1784..*

corporativa autoriza esta percepção de sociedade e família como corpo social. Indo mais longe e buscando em Aristóteles essa idéia, tem-se:

(...) é preciso falar da economia do lar, já que o Estado é formado pela reunião de famílias. Os elementos da economia doméstica são, precipuamente, os da família, a qual, para estar completa, deve compreender servos e indivíduos livres (...) conhecendo-se que na família elas são [partes primitivas e indecomponíveis] o senhor e o servo, o marido e a mulher, os pais e os filhos. (Aristóteles, 2005: p.15)

e da importância das partes desse corpo para o seu bom funcionamento, diz ainda:

Na ordem natural, o Estado antepõe-se à família e a cada indivíduo, visto que o todo deve, obrigatoriamente, ser posto antes da parte. Levantai o todo: dele não restará nem pé nem mão senão o nome, como se poderá afirmar, por exemplo, que a mão separada do corpo não será mão senão pelo nome. (Aristóteles, 2005: p.14)

De onde é possível dizer que os escravos faziam parte desta *família abrangente* na visão aristotélica que permeia a filosofia escolástica. Contra o argumento de que a escolha dos padrinhos da população cativa poderia ser feita pelos senhores, Gudeman & Schwartz afirmam que estudos vêm comprovando que, mesmo havendo liberdade de escolha, os padrões, por condicionados pelas práticas sociais que são, dificilmente apresentam grandes alterações (Gudeman & Schwartz, 1988: p.41).

Para o presente estudo não se pretende a discussão acerca do batismo propriamente dito, seja para os setores livres da sociedade como para os escravos. Sobre isso muito tem sido escrito (Gudeman, 1971; Gudeman, 1975; Gudeman & Schwartz, 1988; Rios, 1990; Ferreira, 2000; Rios, 2000; Brügger, 2002, entre outros). Usando esta constatação: os membros destas famílias assim como os seus escravos tendiam a buscar o padrinhos para seus filhos em organizações familiares semelhantes, pretende-se demonstrar alguns ganhos e alguns novos problemas sugeridos a partir da utilização de métodos e técnicas da análise de redes sociais tendo como referência mais elementar a *Introducción a los Métodos del Análises de Redes Sociales* (Hanneman, 2001).

O primeiro problema enfrentado (e que resultou num sem número de rascunhos desprezados) foi selecionar o tipo de relações que entrariam na composição da tabela matriz. Não há regras para tanto e no ímpeto e no alvoroço, pensou-se em incluir todas as relações possíveis que apareciam ou eram deduzidas a partir dos registros de batismo, por exemplo, o fato das mulheres livres serem todas irmãs, por consequência cunhadas do núcleo masculino e estes, por sua vez, serem co-cunhados entre si. Os filhos dos casais eram irmãos ou primos, sobrinhos, afilhados e filhos dos adultos deste núcleo central. O resultado, como não poderia deixar de ser, foram gráficos saturados que mostravam tudo e ao mesmo tempo não diziam nada. Como as relações podem ser simples ou bilaterais, este também foi problema a ser resolvido. Irmãos entre si têm o mesmo grau de relação nas duas extremidades da linha que os liga, assim como marido e mulher e co-cunhados são ligados pelo mesmo tipo de vínculo. O mesmo não ocorre nas relações senhor-escravo, pai-filho, padrinho-afilhado são diferentes, com diferentes obrigações morais, religiosos ou

legais para cada uma das pontas da linha que os liga. Mesmo a relação entre compadres, que parecia uma relação equilibrada, mostrou ter três diferentes possibilidades. Na primeira A oferece afilhado a B, na segunda B oferece afilhado a A e na terceira, há “troca de afilhados”, onde A oferece afilhado para B e vice-versa.

Uma vez eliminadas as relações “excessivas” e “poluentes” chegou-se a 10 tipos de relações. Novamente feito o teste, a saturação de linhas entre os nodos da família poluíam visualmente a figura, de tal forma que não eram ressaltados alguns aspectos visíveis nos quadros acima mostrados. Tratou-se, então, de reduzi-las a cinco, rotuladas numericamente sem que o valor do algarismo utilizado indique “força” ou importância da relação. São estas: 1- relação marido e mulher (simétrica); 2- pais e filhos (assimétrica, com seta partindo de pais para filhos); 3- senhor e escravo (assimétrica, com seta partindo do senhor para seus escravos) 4 – compadrio (assimétrica, com seta partindo de quem oferece o afilhado ou simétrica para o caso de “troca de afilhados”); 5- relação padrinho afilhado.

Assim, feita a opção de enfatizar cinco tipos de relações subjacentes às relações de compadrio. As imagens podem ser produzidas através dos softwares *Cyram NetMiner*, *Netdraw*, *Pajek* entre outros, especiais para estudos de *social networks*. Aqui representaram-se com o *Netdraw* os laços que uniam os diversos setores desta família e seus compadres. Algumas dessas visualizações trouxeram à tona aspectos antes não observados que serão comentados a seguir, mostrando primeiramente as relações do núcleos livres destas famílias e seus compadrios sem as crianças para após mostrar as relações da família “completa”.

Figura I – Núcleo livre e compadrios

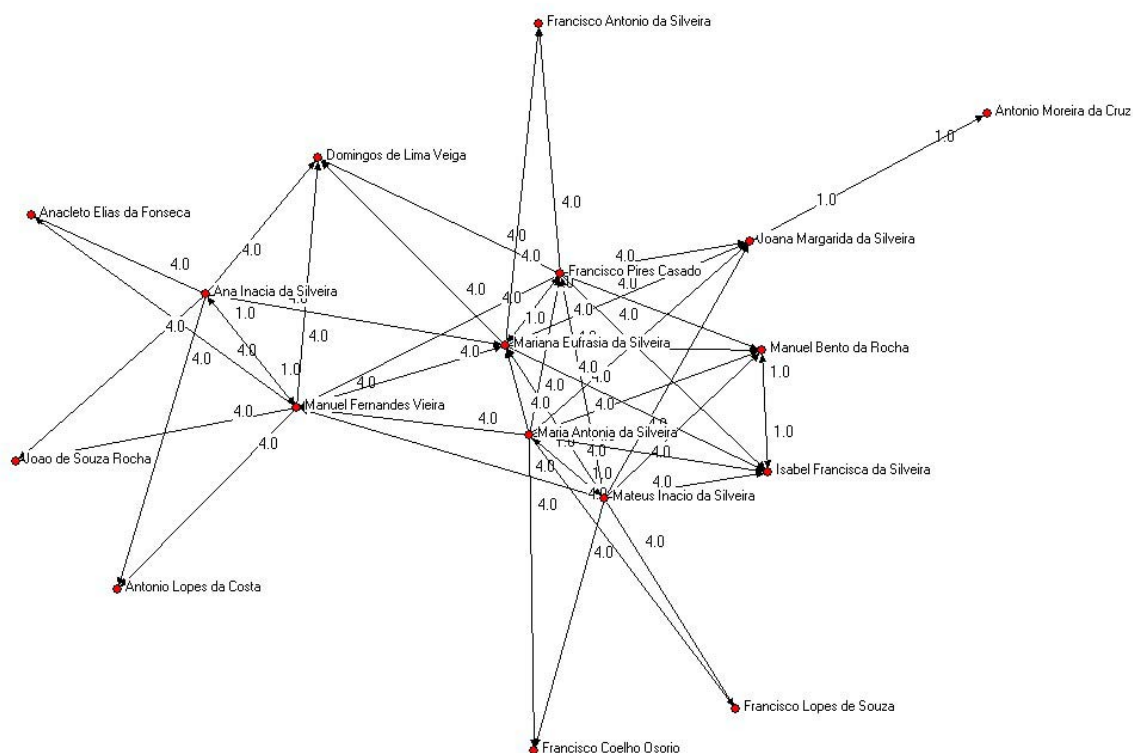


Figura II – Núcleo livre e compadrios subtraídos os maridos

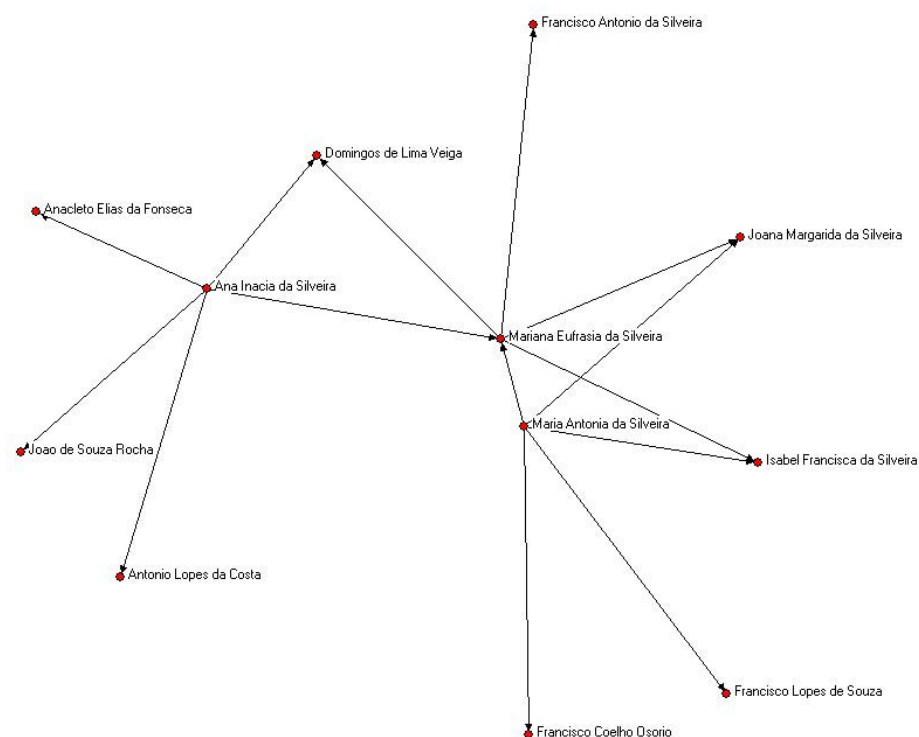
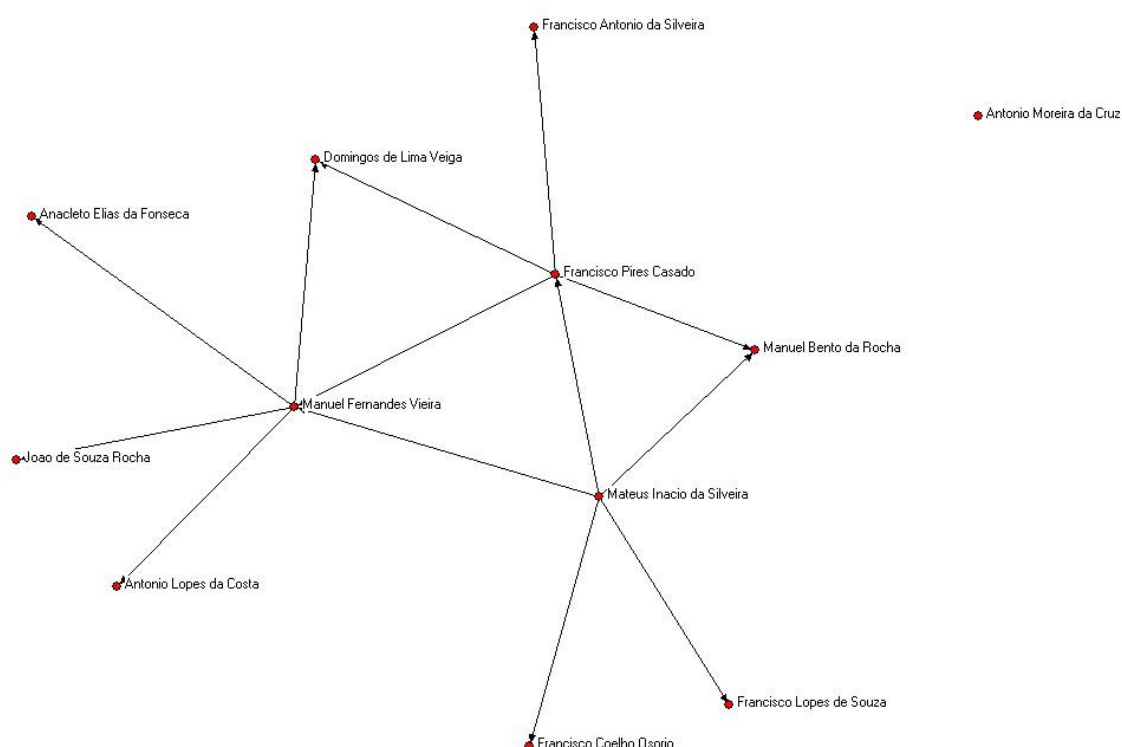


Figura III – Núcleo livre e compadrios subtraídas as esposas

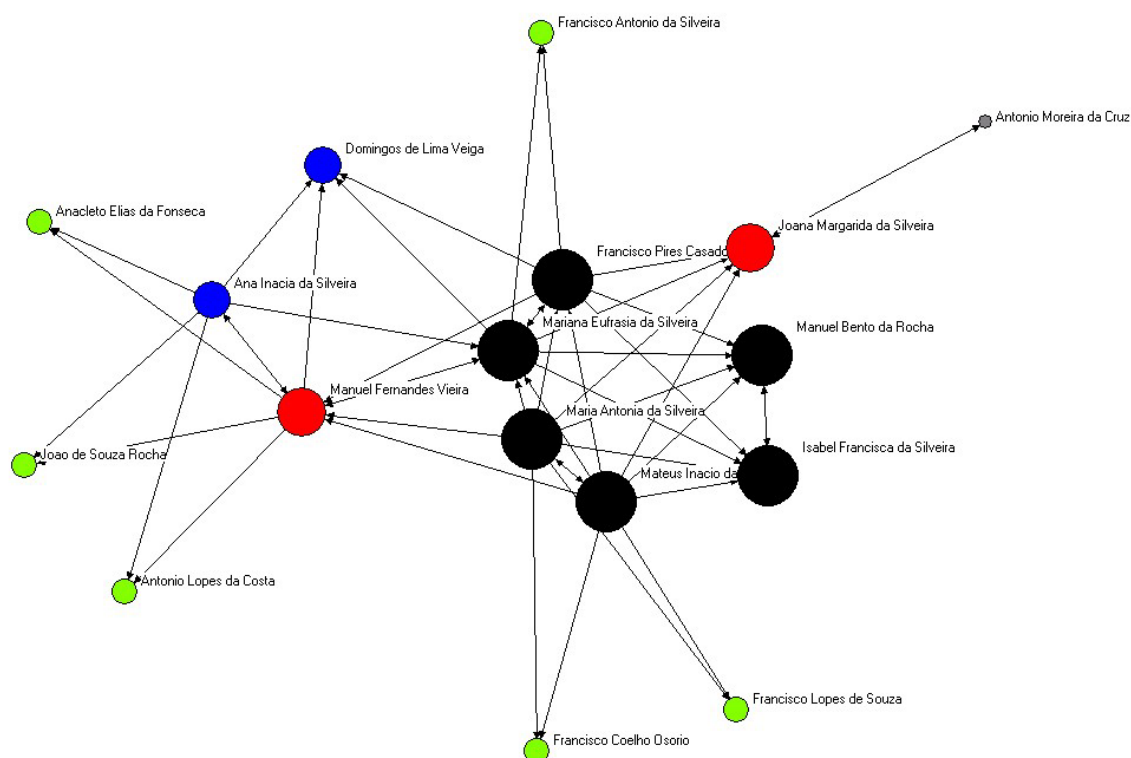


Eis que nesta terceira representação gráfica surgiu algo bastante importante: Antônio Moreira da Cruz, um dos cinco co-cunhados está vinculado à família apenas por seu casamento com Joana Margarida da Silveira, não sendo padrinho de nenhuma das crianças.

Não é possível saber ao certo o motivo de ter sido preterido mas sabe-se algumas coisas de sua trajetória que o diferencia dos demais. Antônio Moreira da Cruz era o único dos genros de Mendonça Furtado que não participava do comércio e das sociedades de seus cunhados. Antes da chegada das moças açorianas, Antônio Moreira da Cruz havia sido Sargento de Dragões. Foi exonerado da corporação em 1738 por haver facilitado a fuga de um prisioneiro, trinta e quatro índios e quatro mulheres (possivelmente indígenas), “e lhes havia de servir de guia, sendo em total detrimento ad segurança deste estabelecimento por se frustrar uma grande parte do trabalho das fortificações” (AAHRS, v. 1, 1977: p.56). Pusera a perder muita mão-de-obra, os índios administrados da Coroa. Entretanto, era proprietário de terras e mesmo não sendo o genro mais aquinhado, ainda possuía algumas qualidades que o fizeram entrar na família. Quais são, ainda queda por saber. Mas não era, verdadeiramente, um “membro” do grupo formado pelos outros quatro genros. Ainda assim, não era de todo mal visto na Vila do Rio Grande. Ainda que não estejam transcritos nem tabulados todos os registros batismais, encontrou-se Moreira da Cruz como padrinho de outras crianças, inclusive de um filho de escravos ao qual não se poupou de sacar de seu bolso o valor para sua alforria à pia batismal. Moreira da Cruz, pelo visto, era um bom padrinho, mas não para as crianças da família. Por último, uma representação na qual

analisam-se os nodos desta rede familiar avaliados a partir do número de ligações uni e bilaterais que estes possuem com os demais:

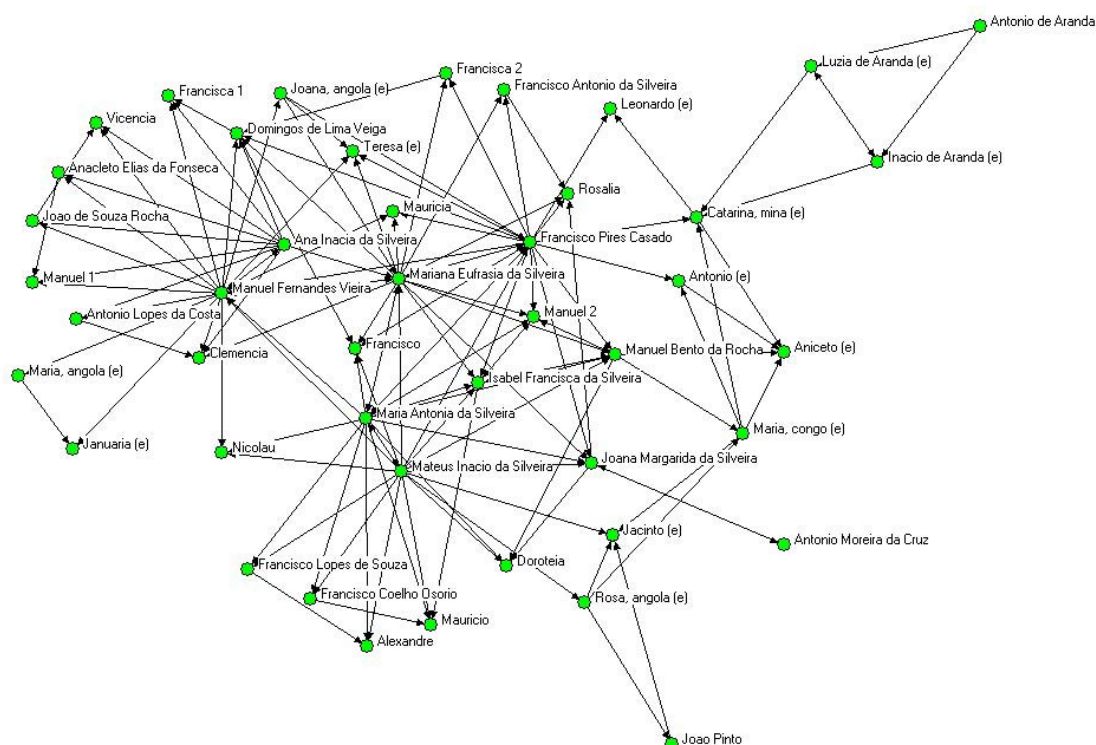
Figura IV – Importância dos nodos da rede familiar e de compadrios do núcleo livre



Outra constatação interessante: esta rede familiar e de compadrios compõe-se de dezessete nodos. Destes, cinco representam as únicas cinco mulheres livres de toda listagem. Destas cinco, três estão no primeiro grau de importância nas ligações sociais da família. As outras duas estão no segundo e terceiro graus. Nenhuma delas situa-se nas duas últimas posições. O “lanterninha” das relações sociais desta família é Antônio Moreira da Cruz, por não fazer parte do conjunto de compadres e cuja esposa detém o segundo grau de importância. De momento, está se fazendo trabalho semelhante para outras famílias da Vila. Ainda que não estejam concluídos, pode-se afirmar com certeza: competia às mulheres desta porção da colônia fiar, tecer e costurar. Não apenas as roupas de seus maridos e filhos, mas as malhas do tecido social.

Passa-se agora às representações gráficas das famílias “completas”, ou seja, incluindo seus escravos que compareceram à pia batismal, assim como os seus padrinhos.

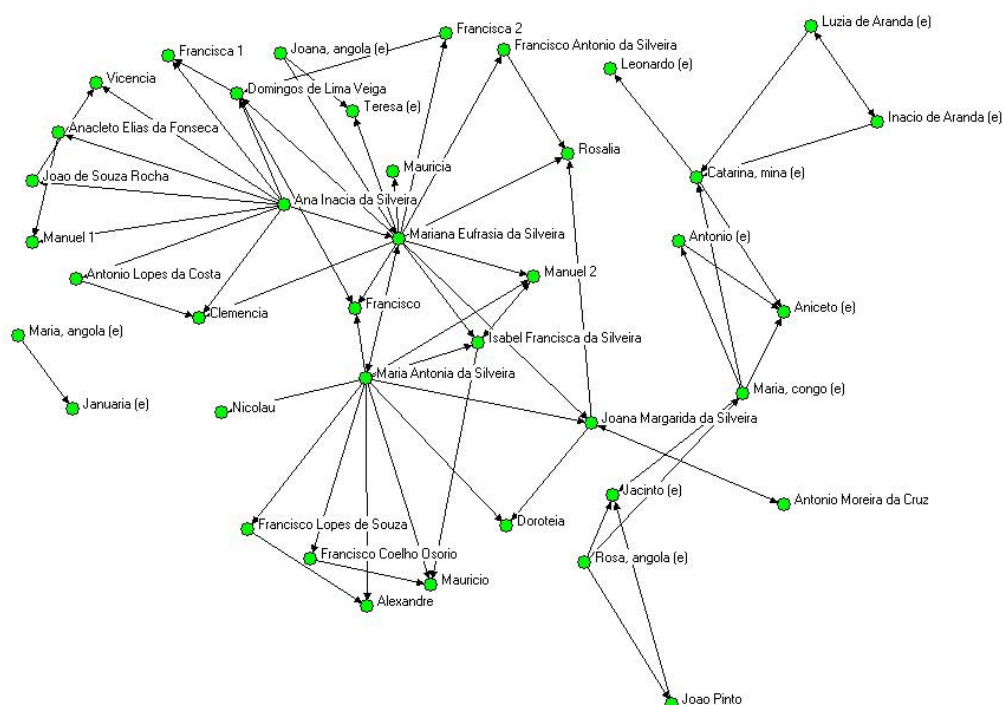
Figura V – Família e compadrio incluindo escravos e crianças



Observa-se que a maior parte dos compadrios do núcleo escravo foi buscado área de abrangência das relações do núcleo livre. Ou no setor livre das famílias ou amalgamando relações de parentesco fictício entre suas escravarias. Do padrinho de Aniceto, João Pinto, devido seu nome ser bastante comum e não haver nenhuma outra característica que o identifique, nada poderá ser dito. Mas de Antônio de Aranda, senhor de Inácio de Aranda e Luzia de Aranda, pode-se afirmar que fazia parte dos estratos sociais superiores da Vila. Era casado, proprietário de escravos e usava o título de Dom. Os escravos dessas famílias, portanto, não buscavam quaisquer escravos para suas relações de parentesco espiritual. Eram gente de estatuto social superior ou semelhante ao seu: escravos das famílias de elite da Vila do Rio Grande ou seus senhores.

Algumas coisas serão subtraídas desse emaranhado para que se possa visualizar aspectos interessantes, como foi feito com o núcleo livre. Poupano o leitor das inúmeras tentativas feitas, parte-se direto para uma das constatações mais interessantes que se expressa no núcleo escravo mas que explica uma situação estranha ocorrida em um dos batismos do núcleo livre. A próxima figura teve os senhores de escravos retirados do desenho.

Figura VI – Compadrios da família e seus escravos subtraídos os senhores de escravos



Observa-se à direita uma malha secundária, não vinculada ao núcleo maior, assim como vê-se à esquerda, uma escrava e seu filho isolados do restante. Isso indica que a despeito de poder ser facultado aos senhores dessa família a eleição dos padrinhos de seus escravos, estes tinham relativa independência ao formarem suas próprias redes subjacentes à rede principal. As malhas das famílias podem ser ditas “justapostas”, já que Maria Congo, Rosa Angola e Catarina Mina obtiveram padrinhos para os seus filhos nas escravarias do conjunto dos cunhados que participavam da “ciranda”. O casal Inácio de Aranda e Luzia de Aranda ratificam o que foi visto para a Bahia por Gudeman & Schwartz (Gudeman & Schwartz, 1988): muitas vezes eram dados como padrinhos a um escravo africano escravos já habituados e entrosados na vida na América. O único par de escravos casados que aparece em toda esta configuração são justamente os padrinhos do único batismo de escravo africano registrado nessas famílias até o momento. Repete-se nessa figura o quadro anteriormente visto para o núcleo livre: Antônio Moreira da Cruz, apesar de ser um bom padrinho para crianças escravas da Vila, não o era para os escravos da família. Ou seja, nessa escolha de ele segue preterido e os escravos da família, parecem reproduzir o padrão familiar, em vez de reproduzirem o que seria um “padrão escravo”.

Entretanto, para este setor não conectado ao grande emaranhado da rede exceto pela relação senhor-escravo e para mãe e filho isolados na esquerda da representação gráfica, podem ser ditas mais algumas palavras, que é comum aos dois subconjuntos “independentes”. Tanto o menino Leonardo, filho de Catarina Mina quanto a menina

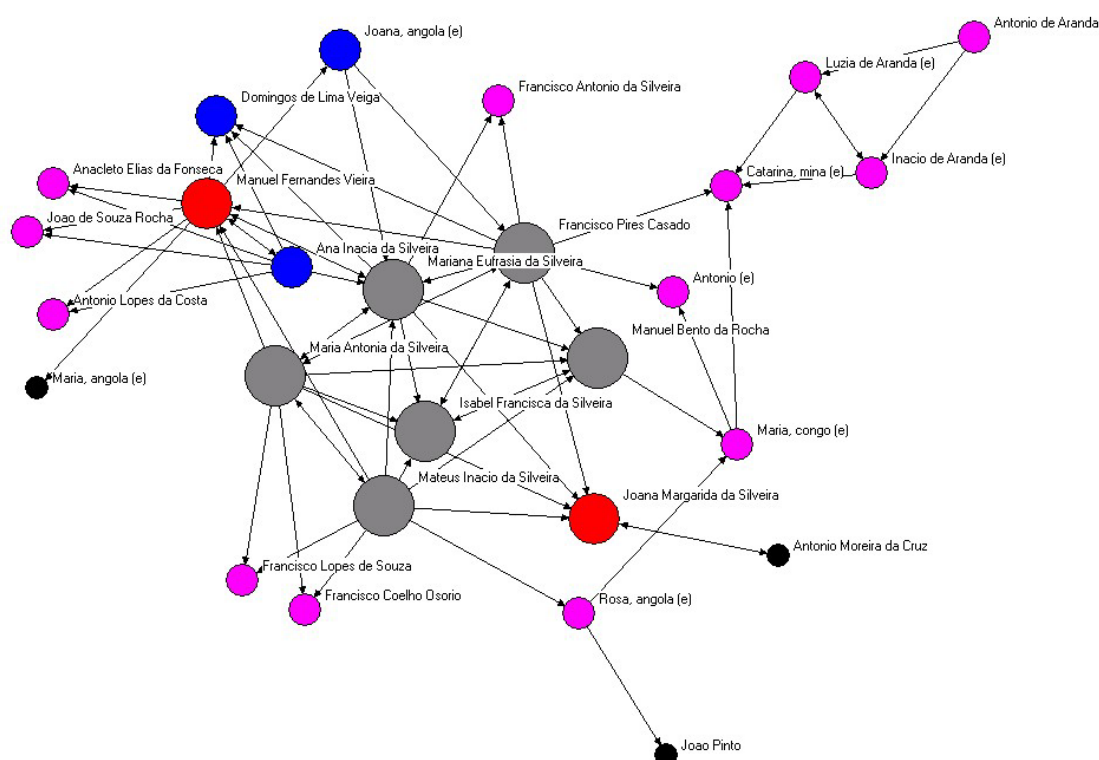
Januária filha de Maria Angola, foram batizados em situação de emergência. Catarina e Januária não ofereceram afilhados a ninguém, não convidaram ninguém ao compadrio e seus filhos, apesar de não serem pagãos, não têm padrinhos. Essas conexões faltantes podem representar um isolamento na teia de relações familiares, conforme demonstrado acima. Ajudam a explicar o batismo de Nicolau, filho do Capitão de Mar-e-Guerra *ad honorem* Mateus Inácio da Silveira, título obtido em reconhecimento ao serviço de debelar rebelião indígena a bordo de uma embarcação.

Dentre os mais de mil e setecentos batismos já tabulados da Vila do Rio Grande, Nicolau tendo passado por perigo após o nascimento, foi batizado em casa pelo Frei João Batista, sem licença do pároco. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (Da Vide, 1707, Livro Primeiro, Títulos X-XX), o batismo procedido quando a criança corria risco de morte não deveria registrar padrinhos a menos que tivesse sido ministrado por padre licenciado. Nicolau é um dos raríssimos casos tendo havido o batismo emergencial, o batizando possui padrinho. Seria possível, isto sim, depois de levado ao conhecimento do pároco, um exorcismo do ritual emergencial e o procedimento de um novo batismo, conferindo, aí sim, padrinhos à criança. Nenhum caso desses foi registrado em Rio Grande, mas no registro do batismo de Nicolau há uma anotação do pároco à margem, adicionando seu tio Manuel Fernandes Vieira como padrinho, sem nada referente ao exorcismo e não acrescentando também uma madrinha (ADPRG, 1738-1763, 2º L.Bat RG, fl. 36v.).

Muito provavelmente devido à posição social dessas famílias no conjunto da Vila, tal procedimento foi possível e para Nicolau e seus pais evitou-se sina semelhante a das escravas com filhos batizados em situação semelhante: ausência de alianças de solidariedade, respeito e obrigações mútuas sacramentado pela igreja. Nicolau, de modo diferente de Leonardo e Januária, conectara-se pelos laços do compadrio a um dos sócios de seu pai e por consequência, por outros vínculos que não exclusivamente a sua filiação, à rede de amigos, parentesco e negócios familiares.

Por último, devido à exigüidade do espaço e do tempo destinado às comunicações, apresenta-se a análise da importância dos nodos nas relações representadas graficamente.

Figura VII – Importância dos nodos da rede familiar e de compadrio incluindo escravos e subtraídas crianças livres



Novamente são vistas três mulheres livres na importância de grau um, uma na em grau dois e uma em grau três. Antônio Moreira da Cruz não está mais solitário na última colocação, acompanham-no Maria Angola, a escrava que não conseguiu dar padrinhos ao seu filho e com João Pinto, padrinho do filho de Rosa Angola. Maria Angola é a única escrava em último grau de importância, sendo que Joana Angola teceu relações suficientes para colocá-la no terceiro grau de importância das relações sociais, familiares e religiosas desta família.

Como considerações finais, frisa-se que estes são os primeiros resultados parciais de uma primeira experimentação da introdução de metodologia e representação gráficas atinentes à *social network analysis* juntamente com metodologia relativa à micro-história e que tais resultados, ao menos por enquanto, não são extensivos ao conjunto da Vila do Rio Grande no período contemplado. Novas tentativas serão feitas e os resultados parciais podem ser alterados até o final do estudo.

Verifica-se também que o estudo das relações de compadrio, quer escravos quer de um núcleo familiar livre se enriquecem quando estes dois setores são analisados conjuntamente, ao invés de seccionar a o corpo familiar em segmentos livre e cativo. Ainda que se acredite que os escravos possam ter uma série de comportamentos inerentes à sua condição de cativos, também sugere-se, dada a visualização das relações tecidas ao compadrio, que os mesmos podem apresentar comportamentos semelhantes ao do segmento livre, o que os insere nessa menor porção da sociedade que tem em si muitas das

relações observadas no próprio corpo social.

Há a sugestão, portanto, que os escravos possam ser incluídos nesse corpo familiar que, como toda a sociedade colonial, era desigual e fortemente hierarquizada. Na visão aristotélica da família, o corpo familiar não podia prescindir de nenhuma de suas partes para seu perfeito funcionamento. Se para a liderança, a “cabeça” deste corpo estão os senhores, para os “braços” deste corpo estão aqueles que executam justamente as tarefas braçais: os escravos destes senhores. Posto isso, parece resultar claro que um dos componentes deste corpo, seja ele qual for, distanciado do mesmo, só existe pelo nome, como quer a citação anteriormente colocada neste texto. Escravos só existem quando há a relação senhor-escravo, assim como o *pater familias* na acepção completa do termo e posição de “cabeça” do corpo social familiar, só existe na relação com seus filhos, esposa e escravos que compõe a sua família “completa”.

Por mais discutíveis que sejam estas conclusões parciais, espera-se ter mostrado um pouco das grandes possibilidades que esta metodologia oferece aos estudiosos da história econômica e social, contribuindo para ampliação dos horizontes dos estudos nesta área do conhecimento.

Abreviações:

AAHRS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ADPRG – Arquivo da Diocese Pastoral de Rio Grande

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

L.Bat. – Livro(s) de Batismos

RG – Vila do Rio Grande

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias Manuscritas, Transcritas ou Publicadas

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. Livros 1^o, 2^o, 3^o e 4^o de Batismos da Vila do Rio Grande 1738-1763. 1738-1763.

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. *Livro 1^o de Batismos do Estreito*. 1763-1776.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Relação dos Moradores de Viamão - 1784, códs. F 1198-A e 1198-B. 1784.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. v. I.: 1977.

KÜHN, Fábio & NEUMANN, Eduardo. Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão - século XVIII. 1^o e 2^o Livros de Batismos de Viamão. Porto Alegre: prelo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre* Moysés Vellinho. Porto Alegre: 1992.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai: São Carlos de Maldonado 1764*. Porto Alegre: EST, 1994.

Livros, Teses, Dissertações e Artigos consultados:

- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas Patriarcal - Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). Niterói: UFF, 2002. [tese de doutoramento]
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Roberto Guedes. Na Pia Batismal: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX). Niterói: UFF, 2000. [dissertação de mestrado]
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e Outros Ensaio*s. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GUDEMAN, Stephen. "The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person". In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland* vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.
- GUDEMAN, Stephen. "Spiritual Relationship and Selecting Godparent". In: *Man, New Series* vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975.
- GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- HAMEISTER, Martha Daisson. "As famílias, os amigos e os negócios: a utilização de fontes seriadas no estudo das relações pessoais de comerciantes de animais no Continente do Rio Grande de São Pedro nos três primeiros quartéis do século XVIII". In: *II Seminário de História Quantitativa e Serial*. Belo Horizonte: PUCMinas, 2001.
- HAMEISTER, Martha Daisson. O Segredo do Pajé: o nome como um bem (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c.1777). Rio de Janeiro: texto de trabalho, 2003.
- HANNEMAN, Robert A. "Introducción a los Métodos del Análises de Redes Sociales". 2001. disponível no site <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>. acessado em junho de 2004.
- KÜHN, Fábio. "A prática do Dom: família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa". In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003. http://www.humanas.ufpr.br/departamentos/dehis/cedope/atas/fabio_k%FC hn.pdf.
- RIOS, Ana Maria Lugão. "Família e compadrio entre escravos das Fazendas de Café: Paraíba do Sul, 1871-1888". In: *Cadernos do ICHF*. (23). Ago. 1990.
- RIOS, Ana Maria Lugão. "The politics of kinship: Compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil". In: *The History of the Family* 5. (3). 2000/11. 2000. <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6W4H-41TMV9S-4/2/7587abd1009518bed04f1e106cf55c84>
- SCOTT, Maria Sílvia Volpi. "Cruzamento nominativo a partir de fontes seriadas portuguesas: problemas e desafios". In: *II Seminário de História Quantitativa e Serial*. Belo Horizonte: PUCMinas, 2001.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. "A Madrinha Ausente - condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800)". In: COSTA, Iraci del Nero. *BRASIL: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.